

## Relações entre o poder régio e os núcleos urbanos em Castela do século XIII

ALMIR MARQUES DE SOUZA JUNIOR\*

Sabemos que a guerra e os conflitos armados desempenharam um importante papel para os príncipes do reino de Castela no século XIII. O bom desempenho nestes conflitos possibilitou tanto a proclamação de uma suposta legitimidade por parte destes homens como também fomentou o reconhecimento da mesma por parte da população do reino. Mesmo diante da força política que a imagem destes reis guerreiros possuiu, não podemos ignorar que a partir da segunda metade daquele século operou-se uma sensível mudança na forma de se conceber a realeza.

Após o reinado de um dos mais emblemáticos monarcas belicosos do reino castelhano, Fernando III, sobe ao poder aquele que seria lembrado não pelo manuseio das armas, mas pelo forte apreço e incentivo às artes e a cultura letrada, o chamado rei sábio, Afonso X.

Conforme já citamos, não é nosso intuito empreender aqui um estudo que vise analisar a “pessoa” do rei ou sua biografia. Nosso foco recai especificamente sobre a figura de governante sábio, buscando entender como num curto espaço de tempo a primazia da figura do rei guerreiro deu lugar a do rei sábio. Contudo, ainda que para nós a imagem da sabedoria de Afonso X seja mais importante que o próprio homem em si, não há como ignorar os múltiplos aspectos de sua vida que de uma forma ou de outra, contribuíram para a consolidação deste novo arquétipo do poder.

Virtude dos governantes por excelência, a sabedoria é largamente exortada no livro sagrado do Cristianismo “É por mim que reinam os reis, e que os príncipes decretam justiça” (*Provérbios* 8:5). Na medida em que esta qualidade contava com abundantes referências na Bíblia, ou seja, no livro que mais influenciava a vida e as formas de pensar do homem medieval, não seria de se surpreender que tal virtude começasse a ganhar espaço no interior dos círculos do poder.

Em face desta realidade, não há como deixar de ressaltar os distintos níveis de relevância experimentados pela sabedoria ao longo do período que abordamos. Até o

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista do CNPq.

século XI, a sabedoria figurava como uma entre múltiplas virtudes que circundava o poder (GUENÉ, 1981: p.116.)

Contudo, as transformações pelas quais passou o medievo nos séculos XII e XIII possibilitaram que seu status fosse elevado ao de qualidade principesca por excelência. Estas mudanças estão intimamente relacionadas ao o processo de transformações pelo qual passava não só a região ibérica, mas todo o ocidente cristão, mudanças que vinham ocorrendo desde fins do século XI e chegam ao seu ápice no século XIII.

Na Idade Média Central é possível verificar um intenso crescimento do setor urbano em diversos reinos da Europa. Tal crescimento está relacionado diretamente à intensificação da circulação comercial, propiciada pela ampliação das atividades comerciais no mediterrâneo. Graças a ele, não só as antigas cidades cresceram de tamanho, como também percebe-se o aparecimento de novos centros urbanos, especialmente no século XIII.

No reino castelhano-leonês, as cidades desempenharam importante papel tanto no setor econômico-comercial, quanto no povoamento do território “reconquistado”. Contando com a ajuda da autoridade real, recebendo privilégios e autonomia administrativa, elas se tornaram, juntamente com os poderes senhoriais e eclesiásticos, enclaves do poder central nas diferentes regiões do reino (BASCHET, 2006: p. 145).

Conforme sua importância crescia no interior de cada reino, não tardou para que este “universo urbano” também exercesse influências nas formas de pensar dos homens de seu tempo. Verificamos como a urbe exportou para fora de seus muros às noções de tempo, espaço, e trabalho (LE GOFF, 1979: p.61-74.), estruturando as concepções desse na forma de funções e de ofícios.

As noções de função e/ou ofício estão diretamente ligadas à representação da sociedade (e principalmente da sociedade urbana medieval) como um corpo (LE GOFF & TRUONG, 2006: p.171). Nesse, cada um dos seus membros e órgãos possui uma incumbência determinada e seu bom funcionamento é dado como primordial à “boa saúde” de todo o corpo social. Nesta representação, o rei é frequentemente mostrado como a cabeça que governa os demais membros que se encontram abaixo dela.

Em pouco tempo este pensamento funcional chega à pena dos tratadistas da monarquia. Assim como os habitantes do mundo urbano desempenhavam um papel específico dentro de uma complexa teia de “profissões”, as quais requeriam, cada vez

mais, um aprendizado especial e especializado, também a própria figura régia passava a ser vista como um “tipo de ofício”. Para o bom desempenho deste “ofício do rei”, seria necessário não apenas a legitimidade dinástica e a coroação, mas também certo preparo e conhecimento. O monarca precisaria conhecer as “manhas” do jogo político e da arte de governar para poder administrar o reino com equidade e temperança.

O crescimento urbano dos séculos XII e XIII e o contato com as obras da antigüidade clássica também foram acompanhados por um revigoramento do ensino, especialmente do ensino universitário. A expansão destas instituições no decorrer do décimo terceiro século foi apontada como sendo um verdadeiro “movimento universitário” por Jacques Verger (VERGER, 2001:p.211). Estas instituições se estruturaram administrativamente em torno de grupos de estudantes (*universitates*) similares às confrarias urbanas, seguindo um modelo inaugurado pela Universidade de Bolonha. Dentro de pouco tempo, estes grupos passaram de simples instituições de auxílio estudantil para gestores de todo o estudo, definindo as leituras básicas a serem realizadas e contratando professores para o seu quadro de funcionários (VERGER, 2001:p.213-215).

Na Península Ibérica, torna-se efetivamente difícil dissociar o surgimento das primeiras universidades da ação do poder régio. Ainda que seja pretensioso afirmar que os *studia* ibéricos foram frutos de um voluntarismo político, não há como negar a participação decisiva das cabeças coroadas na concessão de grandes benefícios e de autonomias às universidades, principalmente àquelas que se dedicavam aos conhecimentos jurídicos, como foi o caso do centro de ensino de Salamanca.

Evidentemente que o rei sozinho não conseguiria arcar com toda a gama de privilégios oferecidos às instituições de ensino e aos professores. Mas o fluxo de subsídios foi garantido graças ao auxílio das próprias cidades e da Igreja, que também possuíam seus próprios interesses em dispor um centro de estudos dentro de seus domínios.

Todavia, é preciso reconhecer que foi o rei o maior interessado na criação das instituições educativas. Isto porque ele as percebia como um instrumento de poder que poderia ser usado a seu favor, um instrumento de ordem ideológica. Algumas das disciplinas lecionadas no âmbito universitário, tais como o direito romano-canônico, poderiam servir como base de apoio a suas ambições.

Os príncipes também tinham necessidade de uma mão de obra instruída o suficiente para auxiliá-los em várias de suas obrigações habituais. Seus secretários deveriam ser capazes de manter em perfeita ordem seus arquivos e redigir suas cartas. A presença de bons juristas nas cortes régias se tornava igualmente indispensável a fim de que estes homens pudessem tanto defender os direitos do soberano como também garantir aos seus súditos o exercício mais adequado da justiça. Além destes, uma série de outros especialistas também eram imprescindíveis para gerir o tesouro régio, uma fortuna considerável e constantemente ameaçada, além de fazer funcionar um aparelho burocrático que na Baixa Idade Média se encontrava cada vez mais complexo.

À medida que cresce a importância concedida aos estudos e às universidades, cresce o prestígio dos homens de saber no interior da sociedade. A perspectiva que a sociedade medieval guardava a respeito do estudo propriamente dito é substancialmente discrepante daquela que temos hoje. A idéia de uma utilização desinteressada dos saberes era bastante estranha à concepção medieval de educação. Os conhecimentos aprofundados que os “intelectuais” possuíam tinham aplicações práticas, e esta aplicação também se encontrava intimamente vinculada à noção de função ou serviço (VERGER, 1999: p.137).

O aproveitamento de grande parte dos profissionais formados nas escolas acabava por ser feito tanto pela Igreja quanto pela monarquia. Para a monarquia, muito mais do que simples administradores, os homens de saber constituíam um recurso prático muito vantajoso, decorrente da íntima relação que se estabelecia entre o conhecimento e as ideologias. Sabemos que raros foram os poderes (religiosos ou laicos) que, ao longo da História, não necessitavam de acompanhar suas ações por um esforço de justificação. Neste sentido, todo o tipo de “veículo de comunicação” podia ser colocado a serviço da ideologia e da propaganda política. Não só o direito, mas a arte, a literatura vernácula (fosse ela oral ou escrita) e, principalmente, a história mostravam-se ferramentas eficazes. A partir do século XII estes poderes passam a recorrer também aos letrados para veicular suas idéias, utilizando-se, assim, do trabalho especializado dos homens doutos.

Evidentemente que esta “cultura da elite” não fornecia a única base da legitimação ideológica do poder régio, e nem sequer a principal delas. Se, anteriormente, a língua latina havia sido a principal marca distintiva deste universo de

homens cultos e aristocráticos, observamos que a partir do século XIII, especialmente em Castela, grande parte da produção dos documentos e tratados “oficiais” da chancelaria real passa a ser redigida não mais em latim, mas em língua vernácula. O próprio conteúdo temático de muitos dos tratados do poder central não ignorava a importância dos elementos mais tradicionais da cultura. Em suas páginas integravam-se referências aos costumes dos variados estratos da sociedade, abrangendo desde a cavalaria até as crenças populares das mais diversas (fossem elas de cunho religioso, histórico ou simplesmente moral). A utilização destes recursos era, por sua vez, cuidadosamente aplicada visando suscitar a adesão afetiva da população para os ideais da realeza e para a dinastia que lhe encarnava (VERGER, 1999: p.179).

Na Baixa Idade Média, o rei encontrava-se cercado por um vasto grupo de intelectuais em seu palácio. Estes homens eram incumbidos da tarefa de desenvolver os principais argumentos jurídicos e filosóficos que justificassem tanto a política empreendida pelo monarca quanto sua própria autoridade perante seus súditos. Os principais veículos de sua intervenção eram os tratados teóricos nos quais se exprimiam as concepções políticas mais importantes que sustentavam a autoridade dos governantes, tais como a da soberania do estado, da inalienabilidade da coroa, das disposições dos conselhos, das prerrogativas das eleições de funcionários públicos e, em alguns casos, até de autonomia do político em relação ao religioso.

Veremos mais a frente como o rei Afonso X mobilizou estes eruditos e mestres nas mais variadas áreas do saber para que produzissem um volumoso *corpus* documental, o qual abrangia desde assuntos como jurisprudência até outras áreas das artes liberais como história, filosofia, música e astronomia. Esta iniciativa tinha um objetivo mais prático do que a simples promoção da cultura. Ela visava propagar as próprias concepções da monarquia acerca do poder e justificar as pretensões do rei em todo o território ibérico.

Conforme crescia a própria notoriedade destes eruditos, também se evidenciava a necessidade de uma formação específica para o desempenho das funções administrativas. Conseqüentemente, chamava-se a atenção para o fato de serem, o conhecimento e a erudição, também necessários ao administrador supremo do reino, o rei.

Os valores da nobreza, como a força e a coragem, já não eram suficientes para os monarcas do século XII e XIII, como atesta a expressão difundida por João de Salisbury: “*rex illiteratus quasi asinus coronatus* – um rei iletrado é apenas um asno coroadado”. Este novo ideal de um rei letrado, culto ou sábio caminha paralelamente à noção de “rei útil” (que abordaremos a seguir). Ele está ligado à gradual transformação da realeza em uma instituição burocrática e normativa.

A definição de um “ofício” de governante não se relacionava apenas a uma questão de formação e preparação. Diferentemente do mundo laico, não havia (e ainda não há) uma forma estrita de ensinar a um rei o seu ofício. O Ocidente Medieval conheceu algumas formas literárias que buscavam transmitir aos monarcas aqueles exemplos e comportamentos que eram esperados destes homens. Chamavam a estes escritos Espelhos de Príncipes, pois “refletiam” – se é que não podemos dizer exortavam – um determinado rol de qualidades indispensáveis aos soberanos. Evidentemente, estas qualidades remetiam às formas comportamentais tipicamente propagadas pela própria doutrina cristã, das quais o rei deveria ser o principal ícone.

A tradição de se produzir obras de cunho moral e pedagógico endereçadas aos monarcas não foi uma iniciativa do ocidente cristão. Os reinos islâmicos, e principalmente aqueles que outrora compunham o *Al-Andalus* ibérico, já haviam desenvolvido escritos que objetivavam, principalmente, ressaltar as virtudes aconselháveis aos detentores do poder. Graças ao contato existente entre cristãos e muçulmanos na própria Península – contatos estes que, efetivamente, eram mais violentos que pacíficos – foi possível a difusão deste gênero no âmbito do reino de Castela.

Encontramos, no próprio século XIII, alguns vestígios de como estas obras foram aproveitadas pelo mundo cristão. Entre os reinados de Fernando III e Afonso X foi traduzido para a língua castelhana um tratado filosófico islâmico do século XI, intitulado *Mukhatâr al-hilam wa-mahâsin al-kalim*, renomeado como *Bocados de Oro*. Basicamente, a obra versava sobre a importância de se alcançar a plenitude divina através do exercício da disciplina da sabedoria (FERNÁNDEZ: 2001. p. 87).

Durante o mesmo período (meados do século XIII) vemos outra obra, agora integralmente produzida pelas oficinas castelhanas, que procurava enunciar uma série de conselhos ao monarca daquele reino. Trata-se da obra conhecida como *Tractado de*

*la nobleza y lealtad*, ou também pelo título de *El libro de los doze sábios*. Configura-se como um verdadeiro Espelho de Príncipes que acredita ter sido compilado a mando de Fernando III para que fosse legado à seu filho e sucessor na coroa do reino. Dentre seus sessenta e seis capítulos – cada um apresentado na forma de um conselho ao rei – a sabedoria figura como um dos principais predicados que o herdeiro do trono deverá ter para que seu governo alcançasse êxito (WALSH, 1975: Capítulo VI).

É preciso reconhecer a importância que o contato com o mundo islâmico teve, tanto no desenvolvimento deste tipo de literatura quanto na reestruturação de toda a produção intelectual do Ocidente. Através deste contato foi possível obter acesso não só a cultura muçulmana, mas a antigos textos gregos, traduzidos para o Árabe, que chegaram à cristandade graças a uma conjugação de fatores. O primeiro deles foi o crescimento no fluxo de circulação de homens e de produtos pelo continente europeu. Crescimento este que está relacionado diretamente com a própria expansão do espaço urbano nos séculos XII e XIII, possibilitando que a cristandade tivesse contato com os centros de cultura greco-árabe.

Mas, como apontamos, o árabe era, na maior parte dos casos, um intermediário. Le Goff já indicara que

*As obras de Aristóteles, de Euclides, de Ptolomeu, de Hipócrates, de Galeno acompanharam no Oriente os Cristãos heréticos [...] e os judeus, perseguidos por Bizâncio, e por eles foram legados às bibliotecas e escolas muçulmanas que as receberam em grande número (LE GOFF, 2003: p.38).*

Neste momento, estas obras “retornam” à Cristandade através dos pontos de contato existente entre aquelas duas culturas. Mesmo assim, estas frentes de encontro eram, antes de tudo, frentes militares de combate e de violência, da qual a Cruzada é o seu principal expoente. Raras eram as obras que rompiam a barreira do conflito armado. Mas em duas regiões podemos perceber que houve, de fato, um contato efetivo com os manuscritos orientais: na Itália e, principalmente, na Espanha. Nestas localidades, nem mesmo as ondas da “Reconquista” ou os conflitos na Sicília foram suficientes para evitar o intercâmbio de idéias e textos.

Os avanços dos reinos cristãos da Península sobre as *Taifas* permitiu o acesso a grandes volumes de manuscritos que anteriormente se encontravam nas mãos dos príncipes muçulmanos. Particularmente, a conquista de Toledo, em 1087, abriu caminho

para que uma torrente de copistas e tradutores se lançasse sobre os escritos da antiguidade clássica, trazendo-os à luz para um Ocidente que já não falava mais o grego.

O trabalho destes tradutores foi de fundamental importância, fossem as traduções feitas por um único homem ou por uma equipe (o caso mais comum em Castela). Grande parte deste contingente era composta por cristãos que viviam sob o domínio muçulmano, os moçárabes, mas também existiram tradutores legitimamente islâmicos e até mesmo judeus. Temos em uma destas equipes um célebre personagem: Pedro, o Venerável, abade do mosteiro de Cluny. Segundo Le Goff, Pedro foi o primeiro a conceber a idéia de combater os muçulmanos não no terreno militar, mas no intelectual, conhecendo primeiro sua doutrina para depois refutá-la (LE GOFF, 2003: p.39).

Em Castela, destacava-se como grande centro de prestigiosas traduções a “escola de tradutores de Toledo”. A ele estavam integradas outras “oficinas” nas quais também se desenvolvia a atividade tradutora, como a de Múrcia e de Sevilha (onde foi criado, em 1254, pelo rei Afonso X, um *studia generalia* de latim e árabe).

O intento de conhecer a doutrina propagada por Mohamed para combatê-la estava longe de ser o principal objetivo da maioria dos grupos de tradução. Os tradutores castelhanos dirigiam seu foco principalmente para os tratados científicos e filosóficos que repousavam nas bibliotecas. Estas matérias puderam complementar os ensinamentos legados pela cultura latina ao medievo, tais como a matemática de Euclides, a astronomia de Ptolomeu, a medicina de Hipócrates, a lógica e a ética de Aristóteles. Contamos também com contribuições genuinamente Árabes, principalmente nos campos da aritmética e de álgebra, como o conhecimento dos algarismos indo-árabicos e também da medicina de *Razi* (ou Razé) e *Ibn Siná* (ou Avicena).

Foi neste momento que, o pensamento platônico começou a ganhar espaço junto aos pensadores ocidentais. Suas idéias influenciam principalmente as concepções acerca do poder e dos homens que o detêm, e de sua relação com o conhecimento. Aos tratadistas do poder central, muito agradou a concepção que Platão apresentara de um “rei-filósofo”, idéia esta que trazia consigo a noção de que o bom governante é aquele que detêm a melhor educação, o mais sábio dentre todos.

Já sabemos quais eram as funções esperadas dos monarcas medievais – zelar pela paz e estabelecer a justiça. Pois era justamente tal forma de pensar que refletia uma clara influência do pensamento platônico. Isto porque a “utilidade” do rei-filósofo



estava no fato dele ser o mais bem preparado para o cargo de governante. Para Platão, este governante ideal, homem erudito, seria o mais qualificado para manter a justiça na polis, em função da vasta gama de conhecimentos que possuía e da forma como (em teoria) saberia articulá-lo em favor do bem de todos.

Não obstante à influência do filósofo grego, o pensamento político medieval não seria alterado a ponto de afetar drasticamente suas bases. Mesmo que parte das idéias de Platão influenciasses as concepções acerca da realeza, elas apenas se somariam aos outros pressupostos teóricos já existentes. A sabedoria se revelava em maior parte como uma virtude que se ligava não só ao saber *stricto sensu*, mas trazia em seu âmago, na mesma medida, os princípios da prudência e da capacidade de planejamento.

### **Bibliografia:**

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNÁNDEZ, Mônica Farias. *Si Tomas los Dones que te da la Sabiduría del Rey – a imagem de rei sábio de Afonso X (Castela 1252 – 1284)*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2001.

GUENÉ, Bernard. *O Ocidente Nos Séculos XIV e XV, os Estados*. São Paulo. EDUSP. 1981. p.116.

LE GOFF, Jacques. Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. In: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Editorial Estampa: 1979.

LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.

LE GOFF, Jacques e TRUONG, Nicolas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VERGER, Jacques. *Cultura, Ensino e Sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*. São Paulo: EDUSC, 2001.

VERGER, Jacques. *Homens e Saberes na Idade Média*. São Paulo, EDUSC: 1999. p.137.

WALSH, John K. (ed.), *El libro de los doze sabios o, Tractado de la nobleza y lealtad (ca. 1237)*, Anejos del Boletín de la Real Academia Española, XXIX, Madrid, [s.n.], 1975, págs. 71-118.